SOBRE NOSSAS TERRAS, SOBRE NOSSOS CORPOS.

Mudanças Climáticas, Gênero e Saúde Sexual e Reprodutiva
em Comunidades Rurais e Indígenas no Brasil, Quênia e Tanzânia

Foto: WeWorld

Brasil

Como o Estresse Ambiental Afeta Dinâmica de Poder Intrafamiliar e as Relações de Gênero entre Comunidades Indígenas no Ceará

A foto foi realizada como parte do Projeto Cunhã Crodí.

Destaques do Estudo

VIVENDO A MUDANÇA: IMPACTOS CLIMÁTICOS NOS MEIOS DE SUBSISTÊNCIA

- As mudanças climáticas estão provocando alterações na agricultura familiar, modificando os laços históricos com a terra, o conhecimento e os ciclos sazonais.
- A escassez e a contaminação da água prejudicam a saúde, o cuidado diário e a segurança alimentar e nutricional.
- A insegurança fundiária, as atividades extrativistas e os grandes empreendimentos ameaçam os ecossistemas, a soberania indígena e a estabilidade das comunidades.

DA TERRA PARA O CORPO: COMO O ESTRESSE AMBIENTAL AFETA A SAÚDE, O CUIDADO E A SEGURANÇA

- A degradação ambiental, insegurança alimentar e água de baixa qualidade, aliados a um cenário de mudança climática, impacta diretamente a saúde dos povos indígenas, especialmente entre mulheres e crianças, causando aumento de doenças respiratórias, de pele, gastrointestinais e crônicas.
- As perturbações relacionadas ao clima afetam a vida cotidiana e o acesso à saúde, com clima extremo, estradas alagadas ou danificadas e isolamento durante a estação chuvosa limitando o atendimento médico urgente, especialmente os serviços pré-natais e especializados.

VIDA FAMILIAR GENERIFICADA EM TEMPOS DE MUDANÇA CLIMÁTICA

- Em muitas comunidades indígenas, mudanças geracionais nas relações de gênero estão surgindo, com as mulheres cada vez mais envolvidas nas decisões familiares graças ao maior acesso à educação, renda e políticas públicas, levando a uma partilha mais ampla do poder.
- No entanto, persistem contradições: em muitos casos, o controle masculino permanece forte, especialmente em relação à contracepção e à saúde reprodutiva.
- As mulheres estão sobrecarregadas com uma tripla jornada de trabalho, equilibrando tarefas domésticas, trabalho agrícola ou remunerado e compromissos comunitários ou políticos, o que afeta claramente seu bem-estar mental e emocional.

AUTONOMIA SEXUAL E REPRODUTIVA: BARREIRAS SOCIAIS E AGENCY EMERGENTE

- O acesso a contraceptivos (pílulas, preservativos, injetáveis, DIUs) melhorou nas comunidades indígenas, mas em alguns casos continua limitado por desafios logísticos e estigma cultural.
- A sexualidade é frequentemente moldada pelo silêncio, obrigação e direito masculino; o prazer feminino e o consentimento raramente são discutidos.
- No entanto, uma mudança geracional está surgindo, com maior abertura sobre menstruação, contracepção e gravidez, impulsionada pela educação, acesso à internet e liderança feminina.
- A mudança climática impacta as escolhas reprodutivas: as mulheres limitam a maternidade devido a estresses ambientais como escassez de água, insegurança alimentar e declínio da agricultura.

ADOLESCÊNCIA, GRAVIDEZ PRECOCE E TENSÕES INTERGERACIONAIS

- As meninas estão experimentando a menarca mais cedo (às vezes com apenas 9 ou 10 anos), ligada a mudanças ambientais e alimentares, incluindo exposição a hormônios e agrotóxicos nos alimentos.
- Apesar do melhor acesso à contracepção e da conscientização, as gravidezes precoces são comuns, impulsionadas pela pobreza e pressões domésticas de gênero.
- A convivência precoce com homens, muitas vezes da mesma idade, às vezes mais velhos, está sempre presente, frequentemente como estratégia de sobrevivência para segurança econômica ou abrigo, às vezes com o consentimento dos pais.

VIOLÊNCIA BASEADA EM GÊNERO: ENTRE O SILÊNCIO E A MOBILIZAÇÃO SOCIAL

- A violência baseada em gênero (VBG) é generalizada, mas muitas vezes escondida ou normalizada. Muitos casos de violência doméstica não são denunciados devido à vergonha, medo ou falta de apoio institucional.
- Machismo, patriarcado e tradições culturais sustentam a VBG. Fatores externos como escassez de recursos, degradação ambiental, instabilidade econômica e migração masculina (todos agravados pela mudança climática) aumentam as tensões em casa e pode resultar em violência doméstica
- Redes de apoio informal se formam entre mulheres que compartilham experiências e tentam encontrar formas de se ajudar, embora permaneçam frágeis, especialmente em contextos conservadores.

MOVIMENTO INDÍGENA: MULHERES COMO AGENTES-CHAVE DE RESILIÊNCIA E RESISTÊNCIA

- As mulheres indígenas estão emergindo como figuras centrais na resiliência climática, liderando respostas ambientais e sociais em suas comunidades.
- Por meio da organização coletiva, as mulheres estão criando espaços de cuidado, solidariedade e aprendizado político, desafiando tanto a violência quanto a injustiça climática.
- Falar publicamente ainda representa riscos para muitas, especialmente em áreas conservadoras da sociedade onde o silêncio em torno das questões de gênero ainda é a norma.

1. O Contexto

DEMOGRAFIA, ECONOMIA E MEIO AMBIENTE DO CEARÁ

O estado nordestino do Ceará, a região semiárida mais populosa do mundo[1], ocupa o oitavo lugar em população no Brasil e o **décimo segundo em Índice de Desenvolvimento Humano** (IDH: 0,734) (de Sousa & Costa, 2023). O estado enfrenta profundas desigualdades socioeconômicas: em 2022, o PIB per capita do Ceará foi de R$ 24.296,00, aproximadamente metade da média nacional (Ipece/Governo do Estado, 2024). A agricultura familiar continua sendo um pilar da economia rural no interior semiárido do Ceará. Aproximadamente **80 % das propriedades são familiares, produzindo leite, carne bovina, suína, legumes e hortaliças para os mercados locais, muitas vezes sem títulos de propriedade da terra** (Gomes, 2023). Essas comunidades dependem de cisternas para captar a escassa água da chuva e praticam o pastoreio coletivo e o cultivo em pequenas áreas adaptadas ao bioma da caatinga[2] (Sabourin, 2022). A caatinga semiárida cobre a maior parte do interior do Ceará, caracterizada por solos rasos sobre rochas cristalinas, alto teor de argila e silte, e vegetação adaptada a ciclos extremos de seca. **Uma característica marcante do clima do Ceará é a irregularidade das chuvas**. A região enfrenta longos períodos de estiagem, especialmente na segunda metade do ano, resultando em secas prolongadas que afetam fortemente a agricultura e a disponibilidade de água. Ainda assim, a estação chuvosa — geralmente de fevereiro a maio — traz um aumento das precipitações, oferecendo um alívio temporário das condições áridas predominantes (de Albuquerque et al., 2023).

MUDANÇA CLIMÁTICA E DESIGUALDADES SOCIAIS

Embora o estado do Ceará enfrente há muito tempo as limitações estruturais do seu clima semiárido, **a região agora encara pressões agravadas pela aceleração das mudanças climáticas**, que intensificam vulnerabilidades existentes. As secas crônicas — agora mais longas, frequentes e severas — estão alterando os padrões de precipitação, comprometendo a produtividade agrícola e agravando a insegurança alimentar e a pobreza rural (Gori Maia et al., 2018). Mudanças no uso da terra impulsionadas pela seca — como a substituição da agricultura de alimentos pela criação de gado leiteiro — têm reduzido ainda mais a resiliência alimentar, enquanto os processos de degradação do solo e desertificação continuam a comprometer a viabilidade dos sistemas agrícolas tradicionais (ibid.). **Essas perturbações ambientais se cruzam com desigualdades históricas — sociais, econômicas e de gênero — impactando de forma desproporcional os povos indígenas, comunidades**

afrodescendentes, mulheres rurais e outros grupos historicamente marginalizados. Nesse contexto, a mudança climática atua não apenas como um desafio ambiental, mas como **um multiplicador da vulnerabilidade estrutural,** aprofundando injustiças em comunidades já excluídas do acesso pleno a direitos, terra, saúde e educação. Segundo estimativas atuais, **cerca de 56.000 indígenas vivem no Ceará, pertencentes a pelo menos 17 grupos étnicos reconhecidos,** incluindo os Jenipapo-Kanindé, Tapeba, Potyguara e Tremembé (ANAI, 2023). Embora as organizações indígenas trabalhem com 22 municípios, os dados oficiais revelam a presença de pessoas que se autodeclaram indígenas em mais de 100 municípios.

POVOS INDÍGENAS: EXPLORAÇÃO AMBIENTAL, ECONOMIA E SABER HISTÓRICO

Vários povos indígenas do Ceará enfrentaram longas histórias de colonialismo, expropriação territorial, assimilação cultural e racialização[3]. Essas injustiças afetaram gravemente muitos aspectos da vida dos povos indígenas, incluindo seu acesso à terra. As terras indígenas no Brasil possuem profundo significado cultural e histórico. Esses territórios vêm sendo continuamente habitados por séculos, e os povos indígenas desenvolveram modos de vida fortemente adaptados ao ecossistema florestal e seus recursos naturais. É importante enfatizar que, para muitas dessas comunidades, **a terra representa não apenas um meio de subsistência, mas constitui um elemento central de sua identidade e cosmologia**[4] (Viveiros de Castro, 1992; Vizenor, 2008; Motta, 2014).

1 Com uma população de aproximadamente 9,2 milhões em 2024 (GCMAIS, 2024).

2 Um bioma é uma grande área geográfica caracterizada por um conjunto específico de condições climáticas, tipos de solo, vegetação e fauna. Em essência, é uma vasta zona natural com um ecossistema semelhante.

3 Durante séculos, os povos indígenas no Ceará foram sistematicamente silenciados — inicialmente por meio de genocídio e escravização, e posteriormente através da proibição de falar suas línguas nativas e de restrições a casamentos oficiais — culminando em um decreto de 1863 que declarava falsamente a extinção das populações indígenas no estado. Esse apagamento histórico preparou o terreno para as persistentes lutas por direitos territoriais, que hoje se manifestam em conflitos contínuos com grileiros, interesses industriais e autoridades estatais.

4 Cosmologia é um sistema de crenças e saberes que explica a origem, a estrutura e o sentido do mundo e do universo.

O processo de colonização europeia introduziu uma série de desafios profundos a essas comunidades, incluindo significativa desapropriação territorial e esforços concertados de assimilação cultural forçada. Ao longo do tempo, os povos indígenas resistiram persistentemente a essas pressões, buscando salvaguardar seu patrimônio cultural e modos de vida, especialmente diante da ocupação ilegal contínua e da invasão de suas terras. Nesse sentido, um ponto crítico ocorreu em 2023 com a criação da **Secretaria dos Povos Indígenas do Estado do Ceará** (Sepince), que marcou o primeiro reconhecimento institucional formal das questões indígenas em nível estadual[5]. Ao mesmo tempo, no terceiro mandato de Lula da Silva, foi também criado o Ministério dos Povos Indígenas[6]. No entanto, a demarcação de terras continua em grande parte sem solução; até o momento, apenas o território Tremembé da Barra do Mundaú[6] foi totalmente ratificado, enquanto outras reivindicações permanecem em fases judiciais preliminares sem proteção garantida (IWGIA)[7]. Em 2025, três terras indígenas foram demarcadas no Ceará: Pitaguary, Lagoa da Encanta e Tremembé de Queimadas. Essa homologação representa um avanço significativo na proteção dos direitos dos povos indígenas no estado, totalizando agora 16 terras indígenas homologadas pela gestão atual do governo federal. O processo de demarcação é parte de um esforço contínuo para garantir a posse e o uso das terras tradicionalmente ocupadas por esses povos (Ministério dos Povos Indígenas, 2025).

Apesar dos avanços institucionais recentes, como a criação da Sepince e os esforços em curso pela FUNAI[8], seu trabalho é dificultado por subfinanciamento crônico, falta de pessoal e entraves burocráticos. Ao mesmo tempo, **os territórios indígenas estão sob crescente pressão de indústrias extrativistas como agronegócio e mineração, e dos grandes empreendimentos de energias renováveis**. Embora esses setores possam oferecer emprego de curto prazo, também agravam problemas antigos como perda de terras, degradação ambiental e marginalização social, contribuindo para a poluição, escassez de água e a ruptura da vida cultural (Vieira Cavalcante, 2020; Silva & D'Andrea, 2021)[9]. A mudança climática agrava ainda mais esses desafios, desestabilizando práticas tradicionais de subsistência e corroendo sistemas de conhecimento histórico — outrora cruciais para interpretar padrões de clima, solo e água[10].

1.1. Desenho e Metodologia

Baseada nas especificidades e na riqueza do contexto local, e desenvolvida através de fases sucessivas de diálogo com informantes-chave e a equipe local da WeWorld, agora Avuar Social[11], formulou-se a seguinte questão de pesquisa:

Como os efeitos das mudanças climáticas (por exemplo, escassez de água, mudança na disponibilidade de recursos) remodelam as dinâmicas de poder intra-familiares, particularmente em relação à negociação sexual, planejamento familiar, casamento precoce, violência de gênero, acesso a cuidados e informações — e como essas dinâmicas são mediadas por mudanças geracionais, tabus e alterações na autonomia e agency[12] das mulheres?

O objetivo é compreender como as transformações relacionadas ao clima afetam a saúde sexual e reprodutiva das mulheres, as dinâmicas familiares e as relações intergeracionais. Atenção especial é dada às formas pelas quais os papéis, normas e relações de poder de gênero estão sendo remodelados em contextos de crescente precariedade ambiental e mudanças sociais. Para responder a essa questão, foi adotada uma metodologia qualitativa e participativa, fundamentada em um referencial feminista interseccional e decolonial. Integra três

5 O Brasil é um Estado federal, composto por 26 estados e um distrito federal. Possui um sistema de governo multinível, com poderes compartilhados entre os níveis federal, estadual e municipal. Atualmente, não existem cadeiras reservadas para povos indígenas no Congresso Nacional (legislativo federal do Brasil), o que significa que os candidatos indígenas devem concorrer nas eleições gerais sem representação garantida. Nas eleições gerais de 2022, 186 candidaturas indígenas foram registradas em todos os níveis de governo — um aumento de 40% em relação a 2018. Desse total, sete foram eleitos para cargos federais, o maior número da história brasileira. Isso incluiu cinco membros da Câmara dos Deputados (quatro mulheres e um homem) e dois senadores (Mendes, 2022).

6 O Ministério dos Povos Indígenas é um órgão do Poder Executivo do Brasil, criado durante o terceiro governo Lula em resposta às reivindicações históricas do movimento indígena. Suas atribuições incluem garantir aos povos indígenas o acesso à educação e à saúde, demarcar terras indígenas e combater o genocídio desses povos.

7 Em 28 de abril de 2023, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou o decreto de homologação do território, que estava pendente há mais de 20 anos. Essa ação fez parte de uma iniciativa mais ampla de reconhecimento de terras indígenas em todo o Brasil, marcando as primeiras homologações desse tipo desde 2018 (Lima, 2023).

8 A Fundação Nacional dos Povos Indígenas, conhecida pela sigla FUNAI, foi criada em 1967 como uma agência federal vinculada ao Ministério da Justiça no Brasil. Ela foi estabelecida para substituir o antigo Serviço de Proteção ao Índio (SPI), amplamente criticado por sua ineficiência e corrupção. A principal missão da FUNAI é proteger os direitos, as culturas e os territórios dos povos indígenas em todo o Brasil.

9 Ao mesmo tempo, projetos industriais "verdes", como parques eólicos, usinas solares, centros de dados e polos de hidrogênio, estão se expandindo para os territórios indígenas sob o pretexto da sustentabilidade. No entanto, essas iniciativas frequentemente avançam sem consulta, consentimento ou compensação adequados. Elas geram impactos ambientais e sociais significativos, incluindo alto consumo de água, perturbação de polinizadores como as abelhas, poluição sonora, desmatamento e perda de habitat (Sousa dos Santos et al, 2025).

10 Durante gerações, essas comunidades vêm preservando um conhecimento ecológico detalhado: padrões climáticos, ciclos do solo, vegetação e hidrologia. A intensificação de flutuações ambientais imprevisíveis, como alterações na precipitação e secas prolongadas, está perturbando os indicadores ecológicos estabelecidos, exigindo novas abordagens para resiliência e reconhecimento (Daiyan, 2023; Penteado et al., 2024). Nesse cenário, as mulheres indígenas permanecem como guardiãs e transmissoras centrais do conhecimento ecológico — expresso através de rituais de plantio, proteção de sementes, preservação da biodiversidade e práticas espirituais — desempenhando, portanto, um papel fundamental nas estratégias de resiliência comunitária (Nirmabahen Vaksibhai & Thakar, 2025). No entanto, enfrentam discriminações interseccionais enraizadas tanto dentro de suas comunidades quanto nas esferas institucionais mais amplas. Frequentemente excluídas dos processos de tomada de decisão, seu conhecimento é subvalorizado e sua autonomia, limitada.

11 A WeWorld está presente no Brasil desde 2008, especificamente no estado do Ceará. Ao longo dos anos, iniciamos um processo de localização, que consiste na transferência da liderança, da tomada de decisões e das responsabilidades operacionais da organização internacional para parceiros e comunidades locais. Essa abordagem visa fortalecer as capacidades locais, garantir intervenções culturalmente adequadas e promover a sustentabilidade, capacitando diretamente aqueles que são impactados. Como resultado desse processo de localização, a organização parceira local atualmente é a Avuar Social, que agora lidera projetos e iniciativas.

12 O termo agency, adaptado do inglês, é aqui utilizado segundo a perspectiva de Paulo Freire (1970; 1994). Para Freire, o conceito de agency pode ser entendido como o protagonismo ativo dos sujeitos na transformação de sua realidade social. Por meio da conscientização — processo de reflexão crítica sobre as condições de opressão e desigualdade — os indivíduos desenvolvem uma consciência crítica que os capacita a agir de forma autônoma e coletiva para mudar essas condições. Esse protagonismo implica não apenas o reconhecimento da própria capacidade de agir, mas também o engajamento na luta por justiça social e emancipação. Assim, a agency, para Freire, está intimamente ligada à ideia de que os oprimidos são agentes históricos de sua própria libertação, que atuam com consciência, intencionalidade e responsabilidade.

ferramentas principais: entrevistas biográficas, grupos focais e entrevistas com informantes-chave. Essas ferramentas permitem a documentação de experiências vividas, percepções coletivas e insights institucionais, possibilitando uma compreensão abrangente do cenário em evolução sobre gênero, saúde e vulnerabilidade climática.

ENTREVISTAS BIOGRÁFICAS

Objetivo: Coletar histórias de vida detalhadas que revelem como as trajetórias individuais das mulheres se cruzam com transformações ambientais e sociais, particularmente em relação à saúde reprodutiva, contracepção, maternidade, gestão da água, tomada de decisões intra-familiares e experiências de violência de gênero.

Amostra: 24 mulheres com 18 anos ou mais, selecionadas de diversas comunidades indígenas no Ceará. A amostra reflete heterogeneidade em idade, papéis sociais e pertencimento territorial, garantindo ampla representação de experiências e perspectivas.

Estado Civil		Número de Filhos		Faixa Etária	
Solteira	5	0	5	18–25	7
Casada	14	1	7	26–35	2
União Estável	2	2	4	36–45	5
Divorciada	2	3	3	46–55	3
n/a	1	4+	5	56+	4
				n/a	3

GRUPO FOCAIS

Objetivo: Explorar percepções e experiências coletivas de mudanças dentro das comunidades indígenas, especialmente em relação à tomada de decisões familiares, acesso à saúde, autonomia feminina e mudanças nas normas de gênero sob as pressões da crise climática.

Cada GF seguiu um dos três guias temáticos:
1. Tomada de decisões e planejamento familiar
2. Corpo e sexualidade
3. Saúde sexual e reprodutiva (SSR) e violência de gênero

Amostra: Foram realizados 6 grupos focais em seis aldeias indígenas, envolvendo um total de 59 mulheres. Cada grupo contou com 6–8 participantes, selecionadas para refletir diversidade em idade, experiência reprodutiva e papéis sociais dentro da comunidade.

Estado Civil		Número de Filhos		Faixa Etária	
Solteira	20	0	5	18–25	8
Casada	36	1	9	25–35	13
União Estável	1	2	25	36–45	24
Divorciada	1	3	10	46–55	6
n/a	1	4+	6	56+	8
		n/a	4		

ENTREVISTAS COM INFORMANTES-CHAVE

Objetivo: Recolher percepções estratégicos de líderes institucionais, acadêmicos e comunitários sobre as intersecções entre mudanças climáticas, direitos das mulheres indígenas e governança local. Essas entrevistas oferecem conhecimento contextual sobre políticas públicas, respostas comunitárias e o papel das organizações e redes lideradas por indígenas.

Amostra: Um total de 13 entrevistas foi realizado com informantes-chave, incluindo representantes de organizações indígenas, funcionários públicos que atuam em saúde e educação indígena, acadêmicos especializados em gênero e justiça climática, ativistas comunitários e líderes tradicionais (caciques) envolvidos na governança local e defesa dos direitos.

2. Principais Conclusões dos Resultados

VIVENDO ATRAVÉS DA MUDANÇA: IMPACTOS DO CLIMA NOS MEIOS DE VIDA

De acordo com informantes-chave e mulheres entrevistadas, **a principal consequência das mudanças climáticas na região é a desestabilização da agricultura de subsistência.** As culturas estão falhando não devido a secas isoladas, mas por causa das mudanças nos ritmos sazonais que tornaram os calendários tradicionais obsoletos. Os períodos de plantio e colheita não são mais confiáveis, e a maior intensidade dos períodos secos levou a uma menor utilização das sementes tradicionais e, com elas, dos rituais coletivos que antes marcavam os ciclos agrícolas. Como relatam mulheres mais velhas, a *festa da colheita* tornou-se uma rara ocasião, substituída pela escassez e crescente dependência de ajuda alimentar governamental ou produtos industrializados. **As gerações mais jovens estão crescendo sem o conhecimento incorporado da agricultura, perdendo não apenas habilidades práticas, mas também a memória cultural — uma relação com a terra que molda a identidade e a resiliência.** Nesse sentido, os grupos focais revelaram que a imprevisibilidade do clima tornou indicadores tradicionais, como as fases lunares ou a *barra do sol* em 25 de dezembro, usados pelos mais velhos para prever chuvas e

tempos de plantio, pouco confiáveis. **O desaparecimento de sementes nativas, o declínio das árvores frutíferas e a incapacidade de antecipar os ciclos sazonais representam uma ruptura profunda na relação entre as pessoas e a terra.**

> O desaparecimento de sementes nativas, o declínio das árvores frutíferas e a incapacidade de antecipar os ciclos sazonais representam uma ruptura profunda na relação entre as pessoas e a terra.

"Sempre existiu as duas estações inverno e verão bem definido, florescia as flores no mês de maio, nos meses de setembro e outubro percebes que caem as folhas, chovia muito no início do ano e muito seco no fim do ano, e hoje vemos que não é mais." – mulher entrevistada.

"Eu cresci em um ambiente rural onde a floresta era cheia de plantas medicinais e havia muitos espaços para brincar, mas hoje essa natureza desapareceu devido ao desmatamento e às queimadas. Os invernos já não são mais previsíveis, e os verões estão insuportavelmente quentes. Perdemos a questão da medicina tradicional, apesar de ter uma pajé que ainda usa aqui na comunidade, que ainda faz, mas é menos que antigamente." – mulher entrevistada.

- **ESCASSEZ E CONTAMINAÇÃO DA ÁGUA: A escassez de água tornou-se um estressor crônico,** afetando saúde, higiene, preparo de alimentos, relações de gênero e rotinas diárias de cuidado. Nas comunidades indígenas, onde as **mulheres normalmente são responsáveis por coletar água, as mudanças climáticas aumentaram dramaticamente sua carga de trabalho.** Os poços estão secando, e onde existem cisternas, elas frequentemente são insuficientes. Em algumas áreas, a intrusão salina nos aquíferos ameaça a potabilidade das fontes de água existentes, fenômeno atribuído tanto à elevação do nível do mar quanto à extração excessiva de água subterrânea por grandes projetos agroindustriais e industriais. Um problema crítico relatado pela comunidade Aldeia Lagoinha dos Potiguara (Novo Oriente) é a contaminação da água fornecida por caminhões-pipa com resíduos de mineração, que causaram doenças no gado e levantaram preocupações sobre leite contaminado. Eles também relatam que poços profundos foram poluídos por agrotóxicos. De forma similar, o grupo da Aldeia Realejo (Crateús) relata que a **água consumida é de má qualidade e causa problemas de saúde.** Interrupções nas atividades agrícolas se traduzem em insegurança alimentar crescente e perda de renda para as famílias. À medida que a agricultura enfraquece e a pesca tradicional declina, as **famílias dependem cada vez mais de alimentos processados e industrializados, frequentemente ricos em açúcar, gordura e conservantes.** Diversas narrativas também indicam **uma dependência crescente de ajuda externa, como organizações humanitárias** (por exemplo, Cruz Vermelha, Caritas) durante períodos de seca extrema ou crises hídricas.

"Tivemos que fazer mudanças como família. Sem chuva a gente sempre passou mais necessidades. Quando era criança lá na comunidade era muito bom, vivia com a natureza, muita fruta, fartura, agora a comunidade mudou muito, quase todas as pessoas foram embora, diminuiu a mata e a água." – mulher entrevistada.

"Aqui não temos água todos os dias. Aqui estamos no Semiárido, e é normal essa questão da escassez de água, mas está cada vez pior por causa das mudanças climáticas. Precisamos racionar água para tudo, para lavar casa, a roupa, para tomar banho." – mulher entrevistada.

- **INSEGURANÇA TERRITORIAL E EXPLORAÇÃO DE RECURSOS:** Nesse cenário, **a insegurança territorial emerge como uma ameaça importante**. Testemunhos destacam como **grupos criminosos organizados estão avançando cada vez mais sobre territórios indígenas, frequentemente usando força para impor controle**. Isso resultou na entrada de jovens no tráfico e em redes milicianas, interrupções em rituais culturais e ameaças ou deslocamento forçado de líderes comunitários, com efeitos corrosivos na coesão social, liderança e continuidade cultural. As **mulheres carregam um fardo desproporcional nesse contexto, com algumas forçadas a "servir" às facções armadas, tornando-se efetivamente prisioneiras dentro de suas próprias comunidades.** A erosão do controle territorial não apenas ameaça os meios de vida, mas também facilita a violência sistêmica, abusos de gênero e a gradual desintegração da soberania indígena. Acrescentando a esses desafios, relata-se que **os chamados projetos industriais "verdes" — como parques eólicos, usinas solares e hubs de hidrogênio — estão remodelando o uso da terra sob a bandeira da sustentabilidade, muitas vezes sem consulta adequada ou compensação.** Essas iniciativas consomem grandes volumes de água, prejudicam espécies polinizadoras como abelhas, causam poluição sonora e contribuem para o desmatamento e perda de habitat. Por exemplo, no território Potiguara, o estabelecimento de um grande aterro regional sem salvaguardas ambientais adequadas expôs os moradores à contaminação e riscos à saúde.

"A mudança climática não está presente só agora ela está presente desde a invasão externa, o desmatamento não começou agora. Os invernos são incertos, eu lembro quanto era interessante, quando eu era pequena eu adorava brincar nas chuvas fazia piscina de lama para brincar, tomar banho de chuva." – mulher entrevistada.

DA TERRA AO CORPO: COMO O ESTRESSE AMBIENTAL INFLUENCIA A SAÚDE, O CUIDADO E A SEGURANÇA

As mudanças climáticas estão causando um impacto direto e visível na saúde das populações indígenas, especialmente de mulheres e crianças. Em discussões em grupos focais e entrevistas com informantes-chave, os participantes relatam **aumentos em problemas respiratórios, condições de pele, doenças gastrointestinais e doenças crônicas, todas ligadas à degradação ambiental, insegurança alimentar e fontes de água contaminadas**. Mulheres da Aldeia Realejo (Crateús) associam o **aumento dos casos de candidíase, infecções urinárias e dores nos rins ao calor intenso e à piora da qualidade da água.**

- **AUMENTO DE DOENÇAS CRÔNICAS EM MULHERES E CRIANÇAS INDÍGENAS:** Em algumas regiões, também foram levantadas preocupações sobre crianças nascendo com doenças crônicas, possivelmente devido à deterioração da qualidade da comida e da água. Na Aldeia Olho D'água dos Canutos (Monsenhor Tabosa), os participantes notaram **um aumento de casos de autismo, câncer e problemas de tireoide entre crianças e mulheres.** O afastamento dos sistemas alimentares ancestrais, impulsionado pela instabilidade climática, contribuiu para **o aumento da desnutrição e de doenças crônicas como diabetes, obesidade e hipertensão**. Alguns informantes-chave apontaram que, **com a agricultura tornando-se menos viável, muitas famílias estão recorrendo a alimentos ultraprocessados e mais baratos, diretamente ligados a essas doenças crônicas**. Soma-se a isso a contaminação das fontes de água, que representa graves riscos à saúde. Algumas comunidades dependem de água transportada por caminhões-pipa, frequentemente poluída com resíduos de mineração, enquanto agrotóxicos infiltram-se em poços profundos, agravando ainda mais a segurança sanitária.

"As doenças endêmicas que eu cuido estão cada vez piores, por falta de tratamento de água feito corretamente, pessoas têm muita diarreia etc. Os vetores estão aumentando para doenças endêmicas , cada vez mais moscas, mosquitos, etc. Cada vez mais gente doente e isso é causado também por causa dessa mudança do clima e má educaçao as pessoas.." – mulher entrevistada

- **IMPACTOS DE GÊNERO E BARREIRAS PARA A SAÚDE SEXUAL E REPRODUTIVA:** As discussões em grupos focais destacaram como as **mudanças climáticas estão cada vez mais moldando as dinâmicas familiares e as escolhas reprodutivas, embora seus efeitos variem entre as comunidades.** Enquanto algumas mulheres relataram maior autonomia em decisões pessoais e familiares, **os estressores ambientais acrescentam complexidade às responsabilidades de cuidado e ao planejamento do futuro**. A violência de gênero permanece uma preocupação ampla e urgente, e **o acesso a serviços maternos de qualidade continua enfrentando barreiras significativas,** especialmente nas áreas mais afetadas[13]. O impacto das mudanças climáticas no cotidiano também emergiu fortemente nas entrevistas biográficas — não como um conceito abstrato, mas como **um conjunto de interrupções concretas que afetam onde as pessoas vivem, como se deslocam e sua capacidade de acessar cuidados de saúde e segurança.** Uma mulher descreveu como, durante fortes chuvas, teve que viajar de canoa para levar seu filho a uma consulta médica. As enchentes não causaram apenas atrasos: mudaram todo o ritmo e o estresse da vida diária, especialmente para uma mãe buscando atendimento urgente para seu filho. Mesmo em famílias onde não houve uma "decisão climática" explícita, **eventos climáticos extremos, estradas bloqueadas e a deterioração dos serviços públicos impactaram o acesso a cuidados e o bem-estar geral.**

"Comecei a sentir muito aumento da temperatura corporal (muitas ondas de calor), impaciência e calafrios. Experimentei palpitações e muitas dores de cabeça. O calor do tempo agitava mais ainda o corpo." – mulher entrevistada

Muitos desafios permanecem, especialmente no que diz respeito ao acesso a cuidados especializados, monitoramento pré-natal de alto risco e serviços de diagnóstico. Essas lacunas são amplamente **atribuídas à infraestrutura inadequada nos níveis municipal e estadual, à limitada disponibilidade de serviços de saúde indígena culturalmente apropriados e a barreiras logísticas, como distância, estradas não pavimentadas e condições climáticas extremas.** Comunidades da

13 É importante destacar que, para uma população que, até poucos anos atrás, vivia em grande parte sem acesso a serviços básicos de saúde, a presença de qualquer forma de atendimento no território representa um avanço significativo. A população demonstra forte valorização pela assistência oferecida pelo subsistema de saúde indígena, reconhecendo os progressos alcançados. No entanto, persistem desafios importantes. Um dos principais é a baixa — por vezes inexistente — valorização institucional da medicina tradicional indígena, que compreende não apenas o aspecto físico da saúde, mas também dimensões espirituais, psicológicas e culturais fundamentais para essas comunidades. No que diz respeito à saúde materna, o acesso não pode ser considerado plenamente satisfatório. Muitas mulheres relatam uma percepção positiva do atendimento atual, principalmente ao compará-lo com a quase total ausência de serviços no passado. No entanto, os índices de violência obstétrica e mortalidade materna continuam elevados no interior do Ceará, variando consideravelmente conforme a região e o município. Mulheres indígenas e negras são particularmente vulneráveis, enfrentando níveis mais altos de discriminação e violência obstétrica em relação às mulheres brancas. Esses dados evidenciam a necessidade urgente de fortalecer políticas públicas que promovam equidade, respeito às especificidades culturais e garantia de direitos reprodutivos.

Aldeia Olho D'água dos Canutos (Monsenhor Tabosa) e Aldeia Viração (Tamboril) descrevem dificuldades para chegar à cidade mais próxima para tratamento médico, tanto durante a estação chuvosa quanto em períodos de seca, quando enchentes e buracos cobertos de poeira oferecem riscos físicos e atrasam o atendimento urgente. Na Aldeia Mambira (Crateús), **comunidades inteiras ficam isoladas durante períodos de fortes chuvas, impedindo que as mulheres compareçam às consultas pré-natais ou acessem serviços médicos especializados.**

> *"A condição das estradas e a distância foram obstáculos, pois tanto a chuva quanto a seca dificultavam o acesso às clínicas de saúde. Sempre em épocas de seca, tinha dificuldade financeira."* – mulher entrevistada

VIDA FAMILIAR GÊNERO EM TEMPOS DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

No Ceará, as relações familiares e de gênero estão sendo remodeladas por normas e expectativas em mudança; um processo marcado tanto pela continuidade quanto pela mudança e negociação. **Os papéis tradicionais de gênero continuam profundamente enraizados em muitas comunidades indígenas, especialmente entre as gerações mais velhas**. Vários informantes-chave confirmaram que, historicamente, decisões importantes da família eram tomadas pelos homens, enquanto esperava-se que as mulheres permanecessem submissas, cuidando da casa e dos filhos, enquanto os homens trabalhavam fora. Essa lógica ainda molda os relacionamentos em muitos lares, especialmente onde o machismo[14] é mantido abertamente ou silenciosamente.

> *"Somos de uma cultura onde essas decisões eram tomadas pelos homens; negócios e vendas eram tratados pelos homens. As mulheres cuidavam das coisas dentro de casa, os homens fora."* — mulher entrevistada

No entanto, múltiplas fontes destacam mudanças significativas, frequentemente geracionais, que ocorrem dentro da dinâmica familiar, frequentemente aceleradas pelo crescente acesso das mulheres à educação, renda e benefícios estatais. Discussões em grupos focais em comunidades como Aldeia Realejo (Crateús), Aldeia Viração (Tamboril) e Aldeia Jucás (Monsenhor Tabosa) refletem mudanças similares, com **mulheres relatando maior liberdade para participar das decisões familiares, incluindo em questões como produção, planejamento e escolhas reprodutivas**. Os entrevistados descrevem uma transformação gradual, mas tangível, nos papéis de gênero e nas estruturas de poder familiar: **enquanto a autoridade masculina ou uma única figura materna antes dominavam sem questionamento, as experiências atuais frequentemente envolvem uma tomada de decisão mais compartilhada e responsabilidades redefinidas**[15]. Essas mudanças são em grande parte impulsionadas pela contribuição econômica compartilhada e pelas tarefas de cuidado, sendo o trabalho das mulheres fundamental para conquistar autonomia nas decisões sobre dinheiro, filhos e futuro.

> *"Os casais decidem juntos, mas há casos em que não decidem porque o machismo está presente em todos os grupos étnicos. O homem é machista e não quer usar preservativo, então a mulher fica grávida. E é a mulher que sofre - não podemos romantizar a gravidez."* - mulher entrevistada

> *"Na minha família hoje as decisões são tomadas por mim, meu esposo e minha filha mais velha. [...] Na minha família de origem nunca os filhos podiam participava de uma decisão. Quem decidia era o pai e não conversava conosco. Não era assim só na minha casa, mas em quase todas."* — mulher entrevistada

- **CARGA TRIPLA:** Contudo, o progresso é desigual e acompanhado por contradições. Algumas mulheres relatam que **seus maridos ainda dominam as decisões, especialmente em relação à contracepção e informações sobre saúde, refletindo o machismo persistente.** Na Aldeia do povo Potiguara (Novo Oriente) e Aldeia Jucás (Monsenhor Tabosa), as mulheres reconhecem avanços, mas também apontam o controle masculino contínuo que limita a participação e o acesso das mulheres à informação, principalmente em saúde sexual e reprodutiva e na governança comunitária. Além disso, surge um desequilíbrio: **enquanto algumas fontes argumentam que os papéis públicos das mulheres se ampliaram, o peso do trabalho doméstico e da autoridade ainda recai desproporcionalmente sobre elas, levando à sobrecarga e fadiga ao equilibrar responsabilidades domésticas e compromissos externos.** Por um lado, as mulheres estão se tornando mais presentes em espaços formais de advocacy, especialmente na denúncia dos impactos das mudanças climáticas e das indústrias extrativas. Muitas lideranças comunitárias e participantes enfatizam que **as mulheres não apenas ocupam posições de liderança, mas também estão retomando o poder narrativo, desafiando o domínio histórico das vozes masculinas na representação da história de sua comunidade.** Por outro lado, apesar das mulheres ganharem mais espaço na esfera pública, **essa expansão não tem sido acompanhada pela entrada dos homens em papéis domésticos ou de cuidado.** Consequentemente, **as mulheres carregam uma "carga tripla"**: trabalho remunerado ou agrícola, tarefas domésticas e envolvimento comunitário ou político.

14 Machismo deriva do termo espanhol macho e refere-se a um orgulho exagerado na virilidade, visto como uma forma de poder, frequentemente acompanhado por um senso mínimo de responsabilidade e desprezo pelas consequências. O machismo envolve uma valorização suprema das características culturalmente associadas à masculinidade, junto com a denigração daquelas ligadas à feminilidade. Por séculos, tem sido uma força poderosa na política e na sociedade latino-americana. Os caudilhos (ditadores militares), figuras proeminentes na história da América Latina, exemplificam o machismo por meio de sua governança autoritária e audaciosa e sua prontidão para usar a violência para alcançar seus objetivos.

15 Várias participantes notam mudanças na autoridade entre as gerações. Uma jovem grávida compara sua tomada de decisão compartilhada com sua mãe ao controle mais hierárquico que sua avó, uma líder respeitada da comunidade, exercia anteriormente. Da mesma forma, outra mulher lembra que sua mãe, antes única responsável pelas decisões, agora a envolve nas decisões familiares, indicando uma mudança para uma autoridade mais horizontal. Mulheres mais jovens, como uma professora que vive com sua família, também compartilham os papéis de decisão, apoiadas pela educação e pelo emprego. Mulheres mais velhas frequentemente comparam as parcerias mais igualitárias de hoje com sua criação sob pais autoritários que governavam sem questionamento, às vezes com violência.

> Enquanto algumas fontes argumentam que os papéis públicos das mulheres se ampliaram, o peso do trabalho doméstico e da autoridade ainda recai desproporcionalmente sobre elas, levando à sobrecarga e fadiga ao equilibrar responsabilidades domésticas e compromissos externos.

> *"Um aspecto importante de como essas mulheres percebem sua situação, e acredito que seja uma visão muito perspicaz, é a dificuldade que as mulheres indígenas e as comunidades têm em interpretar o tempo e os padrões sazonais. Isso levou a perdas significativas na produção agrícola indígena e impõe um pesado fardo na vida das mulheres. São elas que precisam ter múltiplas habilidades: cultivar alimentos em suas pequenas hortas domésticas, criar galinhas e encontrar alimento para elas, alimentar todos os seus filhos. Elas tiveram que caminhar distâncias maiores para coletar lenha (para aquelas que ainda usam fogões a lenha). Isso aumentou o impacto em termos de cuidado dos doentes. Observamos que a mudança climática trouxe mais doenças, como sintomas prolongados de gripe e muitas crianças com problemas respiratórios, o que aumenta a carga de cuidados das mulheres."* — informante-chave

- **RESPONSABILIDADES CRESCENTES DAS MULHERES DIANTE DOS DESAFIOS CLIMÁTICOS:** Embora o trabalho reprodutivo sempre tenha sido significativo, parecem existir **dois fatores principais que estão remodelando a distribuição de poder, cuidado e responsabilidades dentro das comunidades:** primeiro, a crescente visibilidade e os papéis de liderança das mulheres indígenas[16]; segundo, a **fragmentação das estruturas familiares tradicionais, em parte causada pelas dificuldades provocadas pelas mudanças climáticas**. Este último fator impacta diretamente a carga física das mulheres. Elas precisam caminhar distâncias maiores para buscar água e lenha, cuidar de familiares doentes e adaptar a produção agrícola às condições ambientais cada vez mais instáveis. Simultaneamente, **o declínio da agricultura tradicional** — isto deve-se principalmente à falta de terra para plantar, uma vez que, muitas vezes, como o território não está demarcado, são obrigados a trabalhar para os posseiros e a dividir a produção, bem como às chuvas irregulares, à degradação do solo e à instabilidade climática geral — **ainda leva à migração dos homens para as cidades em busca de trabalho**[17]. Participantes de grupos focais em Crateús, Tamboril e Novo Oriente relatam que muitos homens deixam seus territórios por longos períodos para trabalhar na construção civil ou em setores informais no sul do Brasil. **Essa migração frequentemente resulta em separação familiar, menor envolvimento masculino na vida doméstica e maior vulnerabilidade para os que ficam para trás** — especialmente mulheres e crianças.

> *"Minha infância e adolescência não existiram; passei elas cuidando dos meus irmãos mais novos. Eu era a mais velha de dez, e minha comunidade estava cheia de sofrimento e sem oportunidades. A situação da água era terrível: tínhamos que andar horas com roupas na cabeça para lavá-las, voltando com o pescoço dolorido. Não havia água corrente, só poços de água salgada que deixavam nossa pele cinza; usávamos óleo de cozinha para hidratar a pele."* - mulher entrevistada

> *"Quando há secas severas, tudo é afetado, especialmente a vida das mulheres. Quando isso acontece, vamos atrás de cestas básicas, as mulheres nunca deixam suas famílias passarem fome. A seca também aumenta o desemprego das mulheres, porque as pessoas têm menos dinheiro para pagar serviços como faxina."* - informante-chave

16 Isso está relacionado ao fortalecimento das organizações femininas tanto a nível nacional (ANMIGA) como estadual, com a AMICE, e local, com as organizações de base.

17 É importante destacar algumas características do atual fenômeno migratório observado no Sertão. Décadas atrás, existiam os famosos *"retirantes da seca"*, famílias inteiras que fugiam da Região Nordeste em busca de trabalho e de uma nova vida nas metrópoles ou nas fazendas do Sudeste. Esse fenômeno diminuiu significativamente graças a diversas políticas públicas implementadas nos últimos 20 anos, que favoreceram a permanência e a subsistência dessas populações no território do Sertão, mesmo diante do agravamento das condições climáticas. Atualmente, ainda existem muitos migrantes econômicos-climáticos, embora o fenômeno tenha se transformado e seja menos intenso. As migrações hoje são, em sua maioria, temporárias e/ou sazonais. Os homens (principalmente), mas não somente eles, deixam suas comunidades por determinados períodos para trabalhar no Sudeste. No entanto, ao contrário dos antigos *retirantes*, eles frequentemente não levam suas famílias consigo. Estas permanecem nas comunidades locais, para onde os migrantes retornam periodicamente. Nos casos de movimentos migratórios internos, os homens deixam as suas aldeias para trabalhar em algumas cidades do Ceará, mas regressam a casa aos fins de semana ou quinzenalmente.

- **O IMPACTO EMOCIONAL E CULTURAL DO ESTRESSE AMBIENTAL:** O resultado é que muitas **mulheres estão "exaustas", apresentando claros sinais de esgotamento mental e físico, incluindo insônia, ansiedade e depressão**. Uma informante-chave observa que a pressão incessante leva algumas mulheres a dependerem de medicamentos prescritos simplesmente para dormir ou passar o dia. **A crise ambiental está, portanto, afetando também o bem-estar emocional, a memória e os relacionamentos familiares**. Essas preocupações foram repetidas em diversos grupos focais. Mulheres da Aldeia Olho D'água dos Canutos (Monsenhor Tabosa) descreveram um clima emocional predominante caracterizado por "muitos problemas mentais". Em Crateús, a insegurança alimentar foi explicitamente ligada à deterioração da saúde mental das mulheres. Na Aldeia Girita (Monsenhor Tabosa), o impacto psicológico das mudanças climáticas foi descrito como uma perda de motivação na vida cotidiana. Em várias comunidades, **o "correria do dia a dia" foi citado como fonte constante de estresse e desgaste mental.** Além disso, mudanças impulsionadas parcialmente pela invasão urbana e dificuldades econômicas enfraqueceram as redes de apoio social das mulheres, aumentando seu isolamento e pressão. Em vários grupos focais, mulheres relacionaram essa carga avassaladora à decisão de não ter mais filhos, demonstrando o impacto das mudanças climáticas no planejamento familiar. Finalmente, **a fragmentação gradual das grandes famílias extensas em famílias nucleares menores e isoladas está afetando a transmissão de conhecimentos, valores e identidade cultural.** Algumas informantes-chave alertam que esse processo pode produzir uma geração de crianças desconectadas da luta da comunidade, perdendo uma fase vital de suas vidas.

"O que eu percebo é que as mulheres estão muito cansadas, mais exaustas. Existem níveis muito altos de doenças mentais entre as mulheres indígenas. Muitas estão tomando medicamentos prescritos, têm dificuldade para dormir e estão sobrecarregadas de trabalho. Há uma sobrecarga significativa do trabalho doméstico, e a doença mental está se tornando uma bomba-relógio nesses territórios. Já não existe mais espaço para a vida social das mulheres. Então é uma vida de confinamento crescente, e são essas mesmas mulheres que buscam soluções... Como elas fazem isso? À custa da sobrecarga física e mental." - informante-chave

AUTONOMIA SEXUAL E REPRODUTIVA: BARREIRAS SOCIAIS E AGENCY EMERGENTE

A saúde sexual e reprodutiva é uma área crítica de preocupação, abrangendo não apenas o acesso aos serviços, mas também as dinâmicas culturais e relacionais que moldam a autonomia das mulheres indígenas no Ceará.

- **AUTONOMIA CORPORAL: DESAFIOS DE ACESSO, ESTIGMA E PRESSÕES SOCIAIS:** Nos últimos anos, **o acesso a métodos contraceptivos aumentou de forma notável nas comunidades indígenas, com pílulas e preservativos geralmente disponíveis gratuitamente nos postos de saúde locais,** além da maior disponibilidade de injetáveis e dispositivos intrauterinos (DIUs), mesmo em algumas localidades remotas. No entanto, informantes-chave oferecem uma perspectiva mais matizada. Alguns apontam que, embora contraceptivos modernos como pílulas, injetáveis e DIUs estejam tecnicamente disponíveis, **eles ainda não são "tão acessíveis" para muitas mulheres indígenas**, especialmente devido a desafios logísticos, particularmente no deslocamento até comunidades remotas durante enchentes ou condições climáticas extremas. Contudo, o acesso por si só não garante autonomia. **Tabus culturais profundamente enraizados continuam a limitar os direitos reprodutivos das mulheres.** Um grande obstáculo é o forte estigma associado ao uso de preservativos, especialmente entre os jovens. Uma informante-chave destaca que os preservativos continuam sendo um tabu, apesar de amplamente promovidos e disponíveis, resultando em um paradoxo em que os jovens compreendem a prevenção da gravidez, mas frequentemente não utilizam métodos contraceptivos de forma consistente, contribuindo para as altas taxas de gravidez na adolescência. Essa contradição vai além da juventude. Vários informantes-chave descrevem **situações em que os maridos restringem o uso de contraceptivos por parte de suas esposas, pressionando ou forçando-as a ter filhos.** Em algumas famílias, os homens mantêm o controle sobre as decisões reprodutivas, incluindo o acesso à informação sobre saúde e o planejamento da gravidez. Esse problema é especialmente agudo quando ter mais filhos é visto como uma forma de obter benefícios do governo: vários grupos focais relataram que, às vezes, os homens insistem em mais filhos não por razões afetivas, mas por motivos econômicos estratégicos, minando a autonomia das mulheres e atrelando as escolhas reprodutivas à insegurança financeira em vez de à saúde ou à autonomia[18].

"Eu tinha medo de usar métodos além do preservativo por causa do medo de doenças. Mas algumas meninas não usam por falta de dinheiro, embora hoje o SUS forneça. Outro método que usei foi o DIU de cobre porque não afeta a saúde." - mulher entrevistada

18 Há também uma dimensão espiritual e emocional. Algumas mulheres temem o "castigo de Deus" por não quererem ter mais filhos, refletindo a influência duradoura das crenças religiosas. Em outras comunidades, tabus culturais associam a laqueadura ao fim do casamento, tornando a esterilização cirúrgica um tema controverso e carregado de julgamentos morais.

"Uma vez, na escola, a professora disse que falaria sobre preservativos, mas minha mãe não me deixou ir naquele dia porque achava que não era um assunto para ser discutido na escola, e que falar sobre isso só incentivaria o 'comportamento errado'. Então, eu não tive informação: tudo era na intuição, tentando adivinhar o que era certo ou errado. Até hoje, há coisas que a gente não pode fazer, como andar de bicicleta, correr ou comer ovos, porque dizem que faz mal durante a menstruação. As mais velhas ainda acreditam nessas coisas." - mulher entrevistada

- **NEGOCIAÇÃO, CONSENTIMENTO E PRAZER: ROMPENDO O SILÊNCIO EM TORNO DA AUTONOMIA SEXUAL FEMININA:** Outro aspecto sensível e revelador da autonomia sexual e reprodutiva é **o espaço** para **negociação, consentimento e prazer. As mulheres descreveram contextos em que a sexualidade raramente está associada à escolha ou ao desejo mútuo, sendo muitas vezes moldada pelo silêncio, pela obrigação e pelo sentimento de direito por parte dos homens.** Uma informante-chave aponta a ausência do prazer feminino como um tema legítimo em muitas comunidades indígenas, afirmando que ainda é um tabu e que o estupro marital é quase indizível, tanto por normas culturais quanto por ideias internalizadas de que o casamento concede aos homens direitos sexuais. A recusa por parte das mulheres costuma ser socialmente justificada pela procura dos homens por sexo fora do casamento, reforçando uma dinâmica de gênero baseada na expectativa e no medo, em vez de na negociação. Esses padrões são confirmados por resultados de grupos focais, nos quais o sexo é descrito como uma obrigação, especialmente dentro do casamento ou da coabitação. Em alguns casos, **mulheres relatam sentir-se coagidas pelos parceiros; embora não seja algo generalizado, esses casos revelam um clima de coerção normalizada e uma autonomia corporal feminina ainda precária**. Uma informante-chave confirma que **as mulheres continuam relutantes em falar sobre prazer**, e o machismo é forte, especialmente no que diz respeito ao desejo e à orientação sexual. No entanto, entrevistas biográficas revelaram uma mudança geracional: **temas como o corpo, a menstruação, os anticoncepcionais e a gravidez agora são discutidos de forma mais aberta, especialmente nas escolas,** com apoio da educação formal, do acesso à internet e do trabalho de lideranças femininas e profissionais de saúde que promovem essas conversas. Ainda assim, o preconceito e o silêncio persistem, sobretudo em famílias conservadoras ou religiosas, onde os pais evitam esses assuntos, deixando os filhos dependentes das redes sociais ou de colegas para obter informação.

> A sexualidade raramente está associada à escolha ou ao desejo mútuo, sendo muitas vezes moldada pelo silêncio, pela obrigação e pelo sentimento de direito por parte dos homens.

"Na comunidade, muitas pessoas influenciam outras a não usarem anticoncepcionais porque a gravidez é vista como uma concepção divina. Existe também a ideia de que as mulheres de hoje querem ter menos filhos e deveriam ter mais." – mulher entrevistada

"Muitas meninas pré-adolescentes engravidam, e eu acredito que é por falta de conversa em casa sobre métodos de prevenção. É dever dos pais conscientizar seus filhos. As mulheres devem tomar suas próprias decisões e, se quiserem compartilhar com o marido, tudo bem." – mulher entrevistada

"Minha primeira menstruação foi vivida com muita vergonha; eu não sabia quase nada e me sentia muito envergonhada. Agora a situação da minha filha é diferente: por exemplo, eu a eduquei, e ela sabia tudo — como usar o absorvente, o que é o ciclo, as dores e tudo mais. Falei com meu marido, que também ajudou ela. Precisamos quebrar esses tabus. Antigamente se pensava que falar sobre sexualidade era assunto de mulher, mas eu acredito que é assunto da família; meu marido conversa abertamente com minha filha e explica as coisas para ela — antes não era assim." – mulher entrevistada

- **MUDANÇAS CLIMÁTICAS E PLANEJAMENTO FAMILIAR: IMPACTO NAS ESCOLHAS REPRODUTIVAS:** Dentro desse quadro complexo, **a mudança climática adiciona uma camada extra de influência sobre as escolhas reprodutivas**. Para muitas mulheres responsáveis pelos cuidados e pela sobrevivência do lar, decidir ter menos filhos — ou não ter mais filhos — está diretamente relacionado aos estressores causados pelo clima: escassez de água, aumento dos preços dos alimentos, deslocamentos mais longos para buscar lenha e a pressão constante para se adaptar a ambientes cada vez mais imprevisíveis. Mulheres de Novo Oriente destacaram especialmente **como o calor, a contaminação e o declínio da agricultura aumentam os riscos durante a gravi-**

dez, influenciando sua escolha de evitar novas gestações[19]. Esse desejo de limitar o número de filhos reflete uma forma de agency, mas também uma crescente vulnerabilidade reprodutiva, moldada por fatores que escapam ao controle das mulheres. Enquanto isso, **homens em alguns lares continuam pressionando por mais filhos, muitas vezes por razões econômicas ou para reforçar papéis masculinos, criando tensão entre a lógica feminina de limitação — impulsionada pelo clima — e a lógica socioeconômica masculina de expansão.** Esse conflito se manifesta de forma aguda onde há escassez de água, comida, tempo e energia, reduzindo o espaço para prazer, escolha e negociação. No entanto, as percepções variam: algumas áreas relatam impacto climático mínimo sobre o planejamento familiar, enquanto outras o consideram altamente influente[20].

"Eu não podia recusar ter filhos porque era pecado. Naquela época, todo mundo tinha filhos demais. Hoje as pessoas estão mais conscientes." – mulher entrevistada

"Na minha opinião, agora temos muito mais autonomia sobre nossos corpos, apesar de ainda haver muito machismo. Isso deve continuar assim; as mulheres devem tomar as decisões sobre ter filhos." – mulher entrevistada

ADOLESCÊNCIA, GRAVIDEZ PRECOCE E TENSÕES INTERGERACIONAIS

Em diversas comunidades do Ceará, mulheres e adolescentes relatam uma mudança marcante no momento e na natureza do desenvolvimento físico feminino.

- **TUDO MAIS CEDO: TRANSFORMAÇÃO FÍSICA E SOCIAL: As meninas estão menstruando cada vez mais cedo** — às vezes com apenas 9 ou 10 anos — em comparação com a norma anterior de 12 a 14 anos. **Essa mudança é amplamente atribuída a alterações ambientais e alimentares, especialmente à exposição a hormônios e agrotóxicos presentes nos alimentos.** Grupos focais na Aldeia Lagoinha dos Potiguara (Novo Oriente) relacionam explicitamente a puberdade precoce à mudança nos sistemas alimentares, destacando os alimentos ultraprocessados e quimicamente tratados como fatores-chave. Nessas comunidades, as meninas estão se tornando mães em idades mais jovens do que as gerações anteriores — **um desenvolvimento descrito como "não natural", sugerindo a percepção de que a infância está sendo interrompida precocemente.** Embora a mudança climática não cause diretamente a menarca precoce, ela agrava as condições subjacentes — insegurança alimentar, fragmentação social e estresse psicológico — intensificando a relevância do problema. **Essa transformação não é apenas fisiológica, mas simboliza uma transição acelerada para os papéis femininos.** A lacuna entre a maturidade física e a prontidão social está aumentando, e a gravidez na adolescência continua sendo uma preocupação urgente em várias comunidades indígenas. Apesar de um melhor acesso aos anticoncepcionais e de uma conscientização crescente, comportamentos sexuais de risco tornaram-se normalizados em algumas áreas. Evidências como camisinhas usadas encontradas em banheiros escolares e relatos de atividade sexual nas escolas revelam uma realidade complexa: os jovens têm informação, mas muitas vezes não têm apoio. As causas da gravidez precoce são multifatoriais, com a pobreza e as pressões domésticas de gênero desempenhando papéis centrais. Algumas meninas saem de casa para escapar de abusos ou para aliviar o fardo econômico ou emocional de suas mães. Embora essas decisões nem sempre sejam forçadas, são moldadas pela pobreza e pelas opções limitadas.

"Muitas meninas pré-adolescentes engravidam, e eu acredito que isso acontece pela falta de diálogo em casa sobre métodos de prevenção. É responsabilidade dos pais educar seus filhos sobre isso." – mulher entrevistada

"Sabemos que os adolescentes gostam dessas aulas na escola, mas eles não falam sobre isso — são tímidos. Não sei se conversam entre si. As meninas recebem absorventes na escola, mas temos que entregar escondido porque elas têm vergonha." – mulher entrevistada

- **O AUMENTO DA CONVIVÊNCIA PRECOCE: A convivência precoce muitas vezes surge como uma estratégia de sobrevivência**. Meninas podem entrar em relacionamentos com pares da mesma idade, bem como com homens significativamente mais velhos, motivadas não pelo desejo, mas pela necessidade de segurança econômica, abrigo ou apoio material. Uma informante-chave enfatiza que a **mudança climática alimenta indiretamente essa tendência ao agravar a pobreza e enfraquecer as economias rurais, levando algumas meninas a buscar refúgio nas cidades — embora a falta de educação e de oportunidades também seja apontada como fator principal**. Várias mulheres reconheceram que essas uniões são frequentes em suas comunidades, associando-as ao machismo e ao consentimento dos pais. Uma mulher relatou ter presenciado meninas muito jovens vivendo com homens adultos, descrevendo isso como uma mistura de desejo de independência e necessidade material, enquadrando não como coerção, mas como parte de um padrão mais amplo, muitas vezes aceito pelas famílias. Elas também mencionaram casos recentes em que meninas de 12 ou 13 anos foram vistas com homens bem mais velhos em troca de dinheiro ou presentes. **Embora a comunidade condene esse tipo de comportamento, muitas vezes ele é tolerado como uma resposta à pobreza e às necessidades não atendidas.**

"Há muitas meninas jovens, menores de idade, que namoram homens muito mais velhos — com mais de 30 anos. Muitas vezes com o consentimento dos pais, até mesmo morando juntos. Hoje os pais têm medo de errar; não sabem dizer não." – mulher entrevistada

VIOLÊNCIA DE GÊNERO: ENTRE O SILÊNCIO E A MOBILIZAÇÃO SOCIAL

A violência de gênero é uma questão generalizada e profundamente enraizada em muitas das comunidades indígenas analisadas. Embora muitas vezes oculta, silenciada ou normalizada, diversas formas de violência — física, psicológica, sexual e institucional[21] — são amplamente reconhecidas tanto pelas participantes dos grupos focais quanto por informantes-chave. Um número significativo de crimes cometidos contra pessoas indígenas está relacionado à violência doméstica, frequentemente com base na Lei Maria da Penha[22]. No entanto, tais casos são frequentemente encobertos por vergonha, medo ou pela ausência de acompanhamento institucional.

- **VIOLÊNCIA DOMÉSTICA:** Vários informantes-chave afirmam que **todos os tipos de violência existem nas aldeias, com a violência doméstica e física sendo particularmente "fortes"**. Ainda assim, muitas mulheres têm medo de falar — ou mesmo de reconhecer o que estão passando. Esse silêncio é reforçado por normas culturais e dinâmicas comunitárias que desencorajam a intervenção. Em diversos grupos focais, mulheres destacaram que **a violência, especialmente dentro do casamento, é tratada como um assunto privado** — mesmo quando envolve coerção, ameaças ou danos físicos graves. Outras expressaram profunda preocupação com casos ocultos de pedofilia e abuso, particularmente envolvendo homens adultos e meninas[23]. **O abuso de substâncias entre os homens, especialmente o álcool e as drogas, agrava ainda mais o problema.** Muitas participantes ligaram diretamente o uso de substâncias a explosões de violência, especialmente durante períodos de estresse econômico ou tensão familiar. Nessas situações, a violência não apenas é normalizada, mas racionalizada — culpando-se o álcool ou tratando-se como um momento de raiva passageira, ao invés de ser vista como um abuso estrutural.

"Há muita violência psicológica; a violência física é menos visível. As mulheres querem tomar suas próprias decisões, e os homens não permitem." — mulher entrevistada

- **CAUSAS ENRAIZADAS NO MACHISMO, NA ESCASSEZ E NA MIGRAÇÃO:** Embora **as raízes da violência de gênero estejam ancoradas no machismo, no patriarcado e em normas culturais,** as participantes também identificaram **uma série de fatores externos que agravam os comportamentos violentos, especialmente em momentos de crise.** Isso inclui a escassez de recursos, a degradação ambiental, a instabilidade econômica e a migração masculina — fatores cada vez mais agravados pelas mudanças climáticas. Em vários grupos focais, **as mulheres traçaram ligações diretas entre a falta de alimentos, água e renda, e o aumento da violência doméstica.** Algumas mulheres observaram que os recursos limitados levam meninas e mulheres a tolerar ou permanecer em relacionamentos abusivos — formas de sobrevivência geradas pela necessidade. Diversas participantes observaram que o estresse financeiro muitas vezes leva os homens a descarregar sua frustração — culpando as mulheres por não administrar bem os recursos domésticos ou simplesmente agindo com agressividade. **Em lares marcados pelo machismo, a escassez se torna um estopim, e as mulheres o alvo inevitável.** Outra participante comentou

19 Ao mesmo tempo, a educação também desempenha um papel importante. Alguns participantes destacaram que, devido à rotina pesada, é difícil cuidar dos filhos e garantir-lhes uma boa educação. Em outros casos, o medo de ter que se mudar para outros lugares com melhores condições de sobrevivência teve um papel significativo. Algumas mulheres relataram que, se não pudessem mais plantar onde viviam e fossem obrigadas a sair, seria extremamente difícil fazer isso tendo mais filhos. Como resultado, algumas optaram por não ter filhos. Em certas situações, essa forma de pensar era até mesmo reforçada ou incentivada por seus companheiros. Por fim, a decisão de não ter filhos parece estar associada a vários outros fatores: o aumento da violência, a forte presença de comandantes ligados ao tráfico de drogas, que envolvem cada vez mais jovens e crianças, e a questão da invasão de terras indígenas por posseiros — pessoas que reivindicam propriedade sobre terras indígenas ou que desejam construir nelas. Como os processos de demarcação ainda não foram concluídos, isso representa uma ameaça real. Além disso, há a questão dos investimentos em energias «limpas», como centrais térmicas, mineração e campos de hidrogênio verde, que constituem outra ameaça significativa e um enorme problema para as comunidades indígenas. Por último, as mulheres atualmente trabalham mais fora de casa, muitas são ativas nos movimentos indígenas e estão muito mais informadas do que no passado sobre a prevenção de gravidezes indesejadas.

20 Por exemplo, em Olho d'Água dos Canutos (Monsenhor Tabosa), mulheres grávidas se tornaram raras; em Crateús, tendências semelhantes são relatadas, em meio ao aumento de gestações de alto risco e preocupações com a saúde materna agravadas pelo estresse climático.

21 Violência institucional refere-se a danos ou abusos cometidos por organizações ou sistemas de autoridade — como governos, forças de segurança, prestadores de serviços de saúde ou instituições sociais — por meio de políticas, práticas ou negligência. Ela ocorre quando essas instituições perpetuam a discriminação, repressão ou omissão que violam os direitos, a segurança ou a dignidade das pessoas, afetando de forma desproporcional os grupos marginalizados.

22 Em maio de 1983, a cientista biofarmacêutica Maria da Penha Fernandes estava dormindo quando seu marido atirou nela, deixando-a paralisada da cintura para baixo. Pouco depois de ela voltar do hospital para casa, ele tentou matá-la novamente por eletrocussão. Apesar da gravidade do caso, ele permaneceu travado na Justiça por quase vinte anos, período durante o qual o agressor continuou em liberdade. Eventualmente, a Corte Interamericana de Direitos Humanos condenou o governo brasileiro por não processar e condenar de forma eficaz os responsáveis por violência doméstica. Em 2006, o governo brasileiro promulgou, sob o nome simbólico de Lei Maria da Penha sobre Violência Doméstica e Familiar, uma legislação que não apenas prevê a criação de varas especiais e penas mais severas para os agressores, mas também medidas adicionais de prevenção e apoio. Em cidades com mais de 60 mil habitantes, a lei determina a criação de delegacias especializadas e abrigos para mulheres, oferecendo recursos essenciais de proteção e assistência.

23 Isso, como descrito na seção "Adolescência, gravidez precoce e tensões intergeracionais", está frequentemente ligado à falta de oportunidades futuras em meio a dificuldades econômicas, onde as meninas podem se envolver com homens mais velhos como um mecanismo de enfrentamento.

que, em tempos difíceis, as mulheres suportam a violência sem nem reconhecer que estão sendo violentadas. **Esse comportamento**, ela enfatizou, **faz parte de uma longa história de violência colonial e racializada que ainda molda a realidade cotidiana de muitas mulheres indígenas.**

"Acho que a violência se manifesta de muitas formas, enraizada nessa longa história de violência colonial. Muitas meninas acabam envolvidas no tráfico de drogas e na prostituição, onde já estão expostas à violência por causa do racismo e do preconceito que enfrentamos como povo indígena." — mulher entrevistada

- **MUDANÇAS CLIMÁTICAS COMO INTENSIFICADORAS DOS ABUSOS:** Em algumas comunidades de Novo Oriente, participantes descreveram como **as perturbações relacionadas ao clima na agricultura e nas economias locais alimentam o aumento da tensão nas famílias.** Quando os homens têm dificuldade em prover, sentimentos de impotência e frustração frequentemente se manifestam como agressão, especialmente quando faltam outros mecanismos de enfrentamento.

- **RESPOSTAS DA COMUNIDADE E DAS MULHERES À VIOLÊNCIA DE GÊNERO: SILÊNCIO, SOLIDARIEDADE E A BUSCA POR MUDANÇA:** As respostas comunitárias à violência variam bastante. **Em alguns casos, vizinhos ou parentes oferecem orientação e tentam mediar. Em outros, prevalece o silêncio.** "Ninguém fala nada", disse uma mulher, "mesmo sabendo." A razão mais comum para essa inação é a proximidade relacional: "Todos são parentes, então cada um fica no seu canto." Medo, vergonha e a internalização da submissão — especialmente entre as gerações mais velhas — foram apontados como barreiras para a ação coletiva.

"Violência é aceita por muitas pessoas; algumas nem entendem que isso é violência — é algo normal para muita gente. Os casamentos duravam mais porque havia muita submissão das mulheres." — mulher entrevistada

"Eu tive que ficar em silêncio porque quando acontece com o vizinho, a gente tem alguma opinião para ajudar, mas quando acontece na nossa família, ficamos sem saber o que fazer. Eu presenciei uma surra numa menina adolescente e procurei ajuda no conselho tutelar, mas percebi que o conselho não está preparado para ajudar nesse tipo de situação." — mulher entrevistada

As respostas institucionais à violência de gênero nas comunidades indígenas são frequentemente inadequadas e desestimulantes. Embora exista apoio por meio dos serviços de saúde — como palestras, assistência emocional e oficinas — muitos profissionais carecem de treinamento adequado ou sensibilidade. Como resultado, sobreviventes frequentemente enfrentam indiferença ou desconforto ao buscar ajuda. **Persiste uma lacuna entre os mecanismos formais e a realidade cotidiana.** Em resposta, **surgem redes informais de apoio: mulheres confiam umas nas outras durante as rotinas diárias, criando espaços de solidariedade.** Contudo, esses espaços são frágeis — especialmente em comunidades conservadoras, onde normas patriarcais podem levar ao julgamento ou isolamento de quem denúncia.

"Não conseguimos chegar diretamente às mulheres para ajudar ou falar sobre a violência porque nem sabemos quem está sofrendo violência. Uma forma de nos aproximarmos para ajudar é por meio dos grupos de mulheres, onde ouvimos as experiências de cada uma e, a partir daí, tentamos encontrar caminhos, palavras ou talvez ações ao nosso alcance que possam ajudar." — mulher entrevistada

> Quebrar o silêncio, explica uma informante, exige paciência, solidariedade e coragem para desaprender o que muitos foram ensinados desde a infância.

Ainda assim, há sinais de mudança: enquanto a violência doméstica costumava ser um tabu absoluto, agora está sendo discutida publicamente pelas mulheres indígenas. Aqueles que antes cochichavam agora falam abertamente — em oficinas, assembleias e conselhos — apesar da resistência contínua. Em alguns lugares, **as mulheres estão se organizando não só para apoiar as vítimas, mas também para ajudar outras a reconhecerem a própria violência. Quebrar o silêncio, explica uma informante, exige paciência, solidariedade e coragem para desaprender o que muitos foram ensinados desde a infância.**

MOVIMENTO INDÍGENA: MULHERES COMO AGENTES CENTRAIS DE RESILIÊNCIA E RESISTÊNCIA

Nos últimos anos, o ativismo indígena no Brasil — particularmente no estado do Ceará — entrou em uma nova e crítica fase. Longamente marginalizados e tornados invisíveis no discurso público e nos dados oficiais, os povos indígenas estão agora recuperando espaço e voz tanto nas estruturas do Estado quanto na sociedade civil. Na linha de frente desse movimento está uma consciência crescente de que **a mudança climática não é uma ameaça distante, mas uma força presente e multiplicadora,** aprofundando injustiças existentes e expondo vulnerabilidades estruturais.

Nesse contexto, **as mulheres indígenas estão emergindo como agentes-chave de resiliência e resistência.** Elas não estão apenas enfrentando a violência doméstica e comunitária, mas também liderando respostas de base à devastação ambiental. Um exemplo veio de uma mulher que compartilhou como, após enchentes causarem o transbordamento de resíduos de um aterro sanitário urbano, sua comunidade se uniu para recuperar o espaço. O que começou como uma limpeza se transformou em um poderoso projeto coletivo: tanto uma forma de restauração ambiental quanto um símbolo de autodeterminação comunitária diante da perturbação climática.

Em todo o Ceará e além, **grupos de mulheres estão cada vez mais organizando oficinas, falando em fóruns públicos e apoiando umas às outras em espaços de solidariedade e cuidado.** Seu ativismo é frequentemente interseccional — defendendo a terra, a cultura, os direitos de gênero e o meio ambiente ao mesmo tempo. No entanto, **esses esforços muitas vezes continuam subvalorizados** — tanto institucionalmente quanto dentro de suas próprias comunidades. Embora muitas mulheres estejam organizando, liderando e se pronunciando, elas frequentemente enfrentam resistência interna, enraizada em normas patriarcais antigas e em medos de desestabilização social. Falar publicamente ainda carrega riscos sociais e pessoais, especialmente em ambientes mais conservadores onde o silêncio tem sido a norma há muito tempo[24].

"O movimento indígena é muito importante; ensina muito às mulheres. Agora, graças também às formações, sabemos que podemos escolher com quem casar e que não temos que tolerar um homem que não gostamos para sempre. Estamos desconstruindo essas ideias." – mulheres entrevistadas

"As mulheres precisam ter voz. O movimento indígena está cheio de mulheres, líderes. As mulheres têm muita visibilidade aqui no movimento indígena, e estamos revisitando a história que foi contada pelos homens. Temos até várias mulheres na política partidária que tornam isso visível, e cada vez mais mulheres estudadas — temos nutricionistas, enfermeiras, e assim por diante." – informante-chave

"As mulheres são as que mais participam dos eventos do movimento indígena, e os homens nem sempre aceitam essas saídas. Nós mulheres gostamos e queremos participar — para muitas de nós, é essencial. É muito difícil ser uma liderança no movimento indígena. Eu precisaria de apoio, porque há muita coisa. Estou sobrecarregada. Apoio muitas pessoas." – informante-chave

3. Conclusões e Recomendações

O contexto socio-cultural e ambiental das comunidades indígenas no Ceará é profundamente intricado e multifacetado. **Os achados revelam ligações complexas entre dinâmicas de gênero, impactos das mudanças climáticas, pressões extrativistas, legados coloniais e vulnerabilidades econômicas, todos interligados para moldar os resultados em saúde sexual e reprodutiva.** A degradação ambiental e a variabilidade climática estão minando os meios tradicionais de subsistência e os sistemas alimentares, enquanto normas patriarcais continuam a limitar a autonomia sexual e reprodutiva, apesar de sinais de mudanças geracionais em direção a uma maior agência. A violência de gênero permanece disseminada, porém subnotificada, exacerbada por estresses socioeconômicos e relacionados ao clima. Importante destacar que **as mulheres indígenas emergem como agentes-chave de resiliência e mobilização política, fomentando redes de cuidado comunitário e defendendo mudanças sistêmicas apesar dos riscos significativos.**

Para validar essas percepções e gerar caminhos a seguir, foi realizada uma consulta final com informantes-chave[25], com o objetivo não apenas de confirmar os achados, mas também de desenvolver um conjunto de recomendações. Essas recomendações não são soluções exaustivas, mas pontos de partida para inspirar ação e mudanças significativas.

24 Como vários informantes-chave testemunharam, as mulheres líderes frequentemente enfrentam ameaças, especialmente quando seu trabalho desafia redes criminosas ou está relacionado à defesa da terra. Em muitas regiões, a violência contra as mulheres é utilizada não apenas em espaços privados, mas também como uma arma política — para silenciar, intimidar e punir aquelas que resistem.

25 Neste processo participaram: uma pesquisadora da Fiocruz e ativista; a Secretária dos Povos Indígenas do Estado do Ceará; uma coordenadora de uma OSC local e ativista; e a chefe de gabinete da Presidência da Funai – socióloga e indigenista.

PARA DOADORES

- **Financiar intervenções lideradas pela comunidade e não extrativistas:** Em locais como o Ceará, historicamente afetados pelo controle externo e práticas extrativistas, os doadores devem mudar não apenas o que financiam, mas como financiam. Os projetos devem ser co-desenvolvidos e liderados pelas comunidades, respeitando seus conhecimentos, direitos territoriais e autonomia política. O financiamento deve priorizar processos participativos e locais que construam a capacidade comunitária para definir prioridades, em vez de impor soluções pré-fabricadas. Essa abordagem deve ser aplicada em todos os setores, desde resiliência climática até saúde e segurança alimentar, com compromissos de longo prazo e mecanismos para garantir responsabilidade e transparência comunitárias.

- **Financiar campanhas comunitárias de longo prazo:** Os doadores devem ir além de campanhas simbólicas e de curto prazo, investindo em iniciativas de conscientização sustentadas e enraizadas na comunidade. Questões como saúde mental, prevenção do suicídio, planejamento familiar e violência de gênero requerem engajamento contínuo e estratégias de comunicação culturalmente relevantes desenvolvidas por organizações locais. Apoio flexível e prolongado é essencial para fortalecer as capacidades locais, e não apenas entregar resultados temporários.

- **Apoiar iniciativas lideradas por indígenas e mulheres:** Mulheres e líderes indígenas são frequentemente a base da resiliência comunitária. Os doadores devem priorizar o financiamento de suas redes e iniciativas, reconhecendo-as como atores estratégicos e não como beneficiárias vulneráveis. Os papéis das mulheres na soberania alimentar, preservação de sementes, cuidado familiar e redes de solidariedade contra a violência de gênero devem ser apoiados para fortalecer e expandir esses sistemas comunitários críticos.

- **Priorizar a prevenção e resposta à violência de gênero como objetivo de financiamento tanto independente quanto transversal:** Os doadores devem priorizar o financiamento para a prevenção e resposta à violência de gênero tanto como uma área de foco independente quanto como um componente transversal em todos os setores — incluindo saúde, educação e clima. Devem ser disponibilizadas linhas de financiamento dedicadas para iniciativas comunitárias e culturalmente fundamentadas, especialmente aquelas lideradas por organizações indígenas e de mulheres.

PARA FORMULADORES DE POLÍTICAS[26]

- **Garantir governança, qualidade e responsabilidade da água:** A água deve ser tratada como uma questão crítica de saúde pública e justiça ambiental, não apenas como um desafio de infraestrutura. No Ceará, muitas fontes de água estão contaminadas por resíduos industriais, carcerários e urbanos, representando sérios riscos à saúde. Os formuladores de políticas devem fazer cumprir leis que priorizam o uso da água para humanos e animais, aprimorar o monitoramento ambiental e responsabilizar os poluidores. Devem também reconhecer e apoiar o conhecimento ecológico tradicional, incluindo reflorestamento e agroflorestas, como ferramentas vitais para restaurar sistemas hídricos e resiliência climática.

- **Promover estratégias holísticas de adaptação climática:** Os investimentos devem focar em soluções resilientes e comunitárias para armazenamento de água, como cisternas subterrâneas ou descentralizadas, para combater a piora das secas. Abordagens ecológicas como reflorestamento e agroecologia devem ser integradas ao planejamento público, com plantio de árvores em escolas e centros de saúde para reduzir o calor, restaurar ecossistemas e melhorar o bem-estar. Essas soluções baseadas na natureza devem ser padrão nas políticas climáticas e urbanas.

- **Fortalecer o sistema público de saúde:** Deve haver melhor integração entre saúde ambiental — especialmente qualidade da água — e sistemas públicos de saúde, com foco em áreas indígenas e remotas onde há lacunas significativas. Embora o atendimento materno e ginecológico seja geralmente acessível, é essencial desenvolver planos de contingência para garantir a continuidade desses serviços durante emergências climáticas. Igualmente importante é a expansão de serviços culturais sensíveis de saúde mental, abordando impactos específicos da violência doméstica e de gênero. Só adaptando os serviços de saúde às realidades culturais e necessidades das comunidades as intervenções de saúde pública poderão ser realmente eficazes e equitativas.

26 Como Conselhos de Liderança Indígena, autoridades municipais e estaduais do Ceará, departamentos federais e estaduais de Educação, Saúde e Agricultura, autoridades indígenas locais, agências indígenas de saúde e serviços sociais, Secretaria dos Povos Indígenas do Estado do Ceará (Sepince), Ministério dos Povos Indígenas, FUNAI, agências públicas de saúde estaduais e federais, além de outros órgãos legislativos e regulatórios relevantes nos níveis indígena, estadual e nacional.

- **Garantir direitos culturais e reconhecimento territorial:** Os formuladores de políticas devem priorizar a implementação de políticas públicas que preservem e promovam ativamente as culturas indígenas, reconhecendo-as como sistemas vivos e em evolução que englobam alimentos tradicionais, práticas e educação. Igualmente importante é o reconhecimento formal das terras indígenas, garantindo que esses territórios sejam apoiados com infraestrutura e recursos adequados. Isso é essencial para assegurar que os povos indígenas possam viver com dignidade e acessar os serviços necessários para uma boa qualidade de vida, reforçando tanto a identidade cultural quanto o bem-estar social.

- **Reforçar os quadros de políticas de violência de gênero com medidas localmente responsivas:** Os governos devem reforçar os marcos existentes, tanto em nível nacional quanto subnacional, para a prevenção e resposta à violência baseada em gênero, garantindo que sejam abrangentes, adequadamente financiados e inclusivos para populações indígenas e outros grupos historicamente marginalizados. É igualmente importante que esses marcos reflitam plenamente as especificidades de todas as regiões e territórios, reconhecendo seus distintos contextos sociais e culturais. As estratégias já existentes — incluindo os planos de prevenção do feminicídio[27] — devem incorporar abordagens culturalmente apropriadas, desenvolvidas em conjunto com mulheres indígenas e comunidades locais. Além disso, devem estabelecer mecanismos claros de coordenação intersetorial e de responsabilização em todos os níveis de governança.

27 Em 2024, o Ministério das Mulheres do Brasil lançou o Plano de Ação do Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios, com o objetivo de prevenir mortes de mulheres decorrentes da violência baseada em gênero. O plano também busca garantir o acesso à justiça para todas as mulheres afetadas pela violência, bem como para suas famílias. Com um orçamento de R$ 2,5 bilhões, o Plano de Ação estabelece 73 medidas organizadas em dois eixos principais: estruturante e transversal. O eixo estruturante abrange uma abordagem preventiva em três níveis: a prevenção primária concentra-se na mudança de crenças e comportamentos sociais para eliminar estereótipos de gênero e promover uma cultura de respeito e de tolerância zero à discriminação. Entre as ações previstas estão a formação de lideranças femininas comunitárias e a realização de oficinas que valorizam e amplificam os testemunhos de mulheres. A prevenção secundária envolve estratégias de intervenção precoce, como o apoio financeiro a abrigos temporários destinados a mulheres em situação de risco. Já a prevenção terciária busca mitigar os efeitos da violência por meio da garantia de direitos fundamentais, como acesso à saúde, educação, segurança, justiça e trabalho. O eixo transversal apoia o plano por meio da melhoria na coleta de dados (incluindo o aumento da notificação de casos), do desenvolvimento de pesquisas e instrumentos de diagnóstico, e da formulação de novos marcos regulatórios.

PARA ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL (OSC)

- **Fortalecer redes locais e liderança:** Apoiar e capacitar grupos de mulheres locais e líderes comunitários, especialmente em áreas rurais e indígenas, onde a presença do Estado é frequentemente limitada. As OSCs atuam frequentemente como primeiras e únicas respostas em comunidades vulneráveis, tornando seu papel crucial para fomentar redes locais resilientes e empoderadas.

- **Conscientizar e apoiar o advocacy:** Liderar campanhas inclusivas de sensibilização sobre temas como segurança da água, saúde ambiental, saúde sexual e reprodutiva e violência de gênero. Utilizar abordagens acessíveis e baseadas em dados, envolvendo ativamente homens e mulheres para promover responsabilidade compartilhada e desafiar normas de gênero prejudiciais que dificultam a autonomia reprodutiva e a igualdade.

- **Expandir educação sexual e afetiva e prevenção da gravidez precoce:** Ampliar e manter os currículos escolares que abordem violência de gênero, saúde reprodutiva, cuidado ambiental e conscientização climática, garantindo que os programas sejam relevantes localmente e envolvam jovens no desenvolvimento de habilidades de liderança e agência pessoal. Esses esforços escolares devem ser complementados por iniciativas abrangentes de educação sexual e afetiva culturalmente sensíveis que atinjam adultos e a comunidade mais ampla. Programas comunitários são essenciais para enfrentar tabus persistentes, desinformação e resistência, ao mesmo tempo que empoderam adolescentes e adultos para prevenir gravidezes precoces e promover a autonomia reprodutiva.

- **Garantir que os componentes de violência de gênero estejam integrados em todas as intervenções e estratégias de advocacia:** As organizações da sociedade civil devem integrar sistematicamente a prevenção e resposta à violência de gênero no desenho, implementação e advocacy dos programas. Isso inclui garantir que os serviços sejam acessíveis, culturalmente apropriados e informados pelas vozes das sobreviventes e das comunidades locais. As OSC também devem apoiar e fortalecer redes existentes lideradas por mulheres e movimentos de base, reconhecendo seu papel fundamental no apoio às sobreviventes, mobilização comunitária e prestação de contas local. Além disso, as OSC devem monitorar os compromissos dos governos e financiadores em relação à violência de gênero, defender políticas inclusivas e interseccionais e liderar esforços de conscientização e prevenção a nível comunitário, particularmente em áreas marginalizadas e remotas.

Bibliography

Albuquerque, A. de, Assunção, J., Castro, P., El Rashidy, N. H., & de Miranda, G. (2023). *Smallholders in the Caatinga and the Cerrado: A baseline analysis for a rural just transition in Brazil*. Climate Policy Initiative. https://www.climatepolicyinitiative.org/wp-content/uploads/2023/02/Smallholders-in-the-Caatinga-and-the-Cerrado.pdf

Brown, S. (2024, May 7). *Indigenous leader's killer is convicted in Brazil, but tensions over land remain*. Mongabay. https://news.mongabay.com/2024/05/indigenous-leaders-killer-is-convicted-in-brazil-but-tensions-over-land-remain/

Cavalcante, L. V. (2020). *The territoriality of capital in the countryside: Agribusiness and corporate use of territory in Ceará*. Revista NERA, 23(53), 22-44. https://www.researchgate.net/publication/340815049_The_territoriality_of_capital_in_the_countryside_agribusiness_and_corporate_use_of_territory_in_Ceara

Daiyan, M. M. (2023). *The impact of climate change on indigenous knowledge and cultural practices*. Praxis International Journal of Social Science and Literature, 6(6), 75–80. https://doi.org/10.51879/pijssl/060611

Gomes, I. R. (2024). *Family farming in the Metropolitan Region of Fortaleza (RMF), Ceará*. Sociedade & Natureza, 36(1). https://seer.ufu.br/index.php/sociedadenatureza/article/view/70662/37980

Guterman, E. (2023, December 11). *At the intersection of gender-based violence and environmental injustice: Indigenous women in Brazil*. Australian Journal of Social Issues. https://ausisjournal.com/2023/12/11/at-the-intersection-of-gender-based-violence-and-environmental-injustice-indigenous-women-in-brazil/#_edn45

Lima, T. (2023, April 28). *CE: Demarcação de terra indígena Tremembé da Barra do Mundaú é homologada*. O Povo. https://www.opovo.com.br/noticias/ceara/2023/04/28/ce-demarcacao-de-terra-indigena-tremembe-da-barra-do-mundau-e-homologada.html

Mamo, D. (Ed.). (2024). *The Indigenous World 2024*. International Work Group for Indigenous Affairs (IWGIA). https://www.iwgia.org/en/resources/publications/5508-the-indigenous-world-2024.html

Melo, F. (2023, November 17). *Ceará teve o 4° menor PIB per capita do Brasil em 2021, diz IBGE*. O Povo. https://www.opovo.com.br/noticias/economia/2023/11/17/ceara-teve-o-4-menor-pib-per-capita-do-brasil-em-2021-diz-ibge.html

Mendes, K. (2022, October 25). *Brazil's biggest elected Indigenous caucus to face tough 2023 Congress*. Mongabay. https://news.mongabay.com/2022/10/brazils-biggest-elected-indigenous-caucus-to-face-tough-2023-congress/

Ministério dos Povos Indígenas (2025). *Presidente Lula homologa três terras indígenas do Ceará; total de territórios regularizados chega a 16 na atual gestão*. https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2025/presidente-lula-homologa-tres-terras-indigenas-do-ceara-total-de-territorio-regularizados-chega-a-16-na-atual-gestao

Motta, R. (2014). *As universidades e o regime militar: Cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar. https://www.companhiadasletras.com.br/Busca?selo=Zahar

Paiva, W. L., Cavalcante, A. L., Souza, A. C. L. M., & Trompieri Neto, N. (2024). *PIB do Ceará nas óticas da produção e da renda 2022* (Resultados Preliminares - Ano Base 2010). Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE). https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2024/12/PIB_Ceara_nas_Oticas_Producao_e_Renda2022.pdf

Penteado, A., Chakrabarty, S. P., & Shaikh, O. H. (Eds.). (2024). *Traditional knowledge and climate change: An environmental impact on landscape and communities*. Springer Singapore. https://doi.org/10.1007/978-981-99-8830-3

Portal GCMAIS. (2024, August 29). *População do Ceará chega a 9,2 milhões em 2024, segundo estimativa do IBGE*. GCMAIS. https://gcmais.com.br/noticias/2024/08/29/populacao-do-ceara-chega-a-92-milhoes-em-2024-segundo-estimativa-do-ibge/

Sabourin, E., Oliveira, L. M. R., Goulet, F., & Martins, E. S. (2022). *Implementing public policies and public action for adapting to droughts in the semi-arid Northeast. In Public policies for adapting agriculture to climate change in semi-arid Northeast Brazil* (pp. 7–25). E-papers Serviços Editoriais. https://hal.science/hal-04429074

Silva, E., & D'Andrea, P. (2021, December 1). *Setor mineral avança e pretende explorar 1/3 de todo o estado do Ceará*. Brasil de Fato. https://www.brasildefato.com.br/2021/12/01/artigo-setor-mineral-avanca-e-pretende-explorar-1-3-de-todo-o-estado-do-ceara/

Silva, M. A. da, & Oliveira, M. A. de. (2023). *Mulheres indígenas e a luta por direitos: Uma análise da atuação política e social*. Research, Society and Development, 12(10), e45326123150 https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/45326

Sousa, F. C. de, & Costa, V. B. (2024). *Social, economic and productive profile of family farmers in the semi-arid of Ceará*. Research, Society and Development, 13(3), Article e1321345326. https://doi.org/10.33448/rsd-v13i3.45326

Sousa dos Santos, A. N., Felippe, J. N. de O., Pereira, K. R. de O., Santana, E. C., Ferrari, T. C., Pantoja, C. dos S., ... Oliveira, S. M. de (2025). *Territórios dos ventos – Geopolítica, impactos ambientais e desafios da energia eólica no Brasil*. ARACÊ, 7(6), 29407–29458. https://doi.org/10.56238/arev7n6-024

Speed L., Speed S., & Speed S. (2021). *Indigenous Women and Violence: Feminist Activist Research in Heightened States of Injustice*. University of Arizona Press, 2021.

Vaksibhai, D. N., & Thakar, R. (2025). *Examine the role of women in IKS and the gendered dimensions of traditional knowledge*. International Journal of Scientific Research in Humanities and Social Sciences, 2(2), 38-43. https://doi.org/10.32628/IJSRHSS252210

Viveiros de Castro, E. (1992). "O campo na selva, visto da praia." *Revista Estudos Históricos*5 (10): 170-190. https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/1944/1083

Vizenor, G. (Ed.). (2008). *Survivance: Narratives of Native presence*. University of Nebraska Press. https://www.nebraskapress.unl.edu/nebraska-paperback/9780803210837/survivance/

Warren, K. J. (2020). *Feminist epistemology*. In E. N. Zalta (Ed.), *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Fall 2020 Edition). Stanford University. https://plato.stanford.edu/entries/feminism-epistemology/